



Banco CSF S.A.
CNPJ 08.357.240/0001-50
Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. (“Banco”), relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas do relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes sobre essas demonstrações financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanco Patrimonial (Em milhões de Reais)		31/12/2025
Ativos totais		23.089
Operações de crédito		25.679
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)		(7.555)
Passivos financeiros		15.602
Patrimônio líquido		3.140

Resultados (Em milhões de Reais)	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Resultado líquido de juros	2.501	5.172
(-) PECLD	(2.342)	(4.630)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(4)
Imposto de renda e contribuição social	12	(107)
Lucro líquido	193	431



Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu um patamar superior ao mínimo requerido pelo regulador local (10,5%), mas com uma leve redução de 0,2 p.p. a/a (16,4% em 2024). Os impulsionadores foram a entrada de regras regulatórias (Resoluções CMN nº 4.966/21 e CMN nº 4.975/21), que reduziram e mudaram a alocação de capital para o risco operacional.

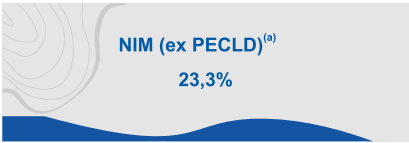
O retorno em relação ao patrimônio (ROAE) aumentou 1,8 p.p. a/a (13,4% em 2024) e em relação aos ativos (ROAA) reduziu de 0,3 p.p. a/a (2,3% em 2024). Reforçando nosso compromisso com a eficiência e com a geração de valor aos nossos acionistas.

(a) Desconsidera os efeitos dos resultados não recorrentes e impacto da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/21 e CMN nº 4.975/21.



O Índice de Eficiência aumentou 5,2 p.p. a/a (28,8% em 2024) e esse desempenho está atrelado ao controle de gastos e ações com melhores negociações de preços durante o exercício de 2025.

A margem líquida de juros aumentou 2,4 p.p. a/a (20,9% em 2024), mesmo com os impactos da Resolução CMN nº 4.966/21, reflexo das novas estratégias de diversificação de produtos, fazendo com que tenhamos menor dependência de taxa de juros.



(a) NIM = Resultado líquido de juros antes da PECLD/(Ativos Totais - Permanente).

RATINGS

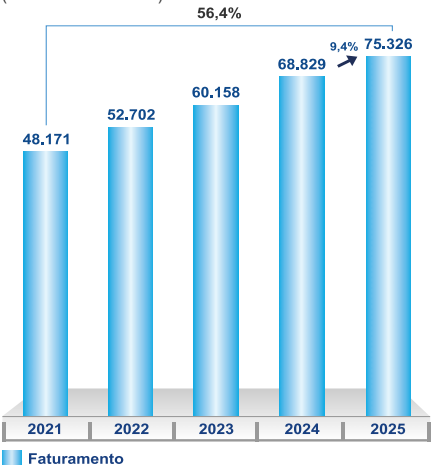
Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	08/04/2025	Estável

O *rating* da S&P Global foca no suporte financeiro do Grupo, que atualmente sustenta a classificação do Banco em brAAA, no topo da escala, o que mostra a sua alta capacidade de honrar compromissos financeiros.

INDICADORES DO NEGÓCIO

Faturamento

(Em milhões de Reais)

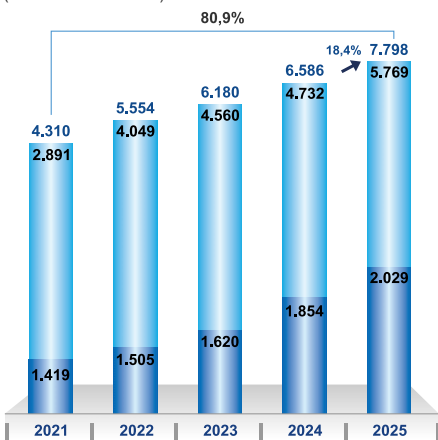


O crescimento do volume financeiro transacionado (faturamento) de 9,4% a/a foi impulsionado, principalmente, pelos cartões Carrefour e Atacadão, que obtiveram crescimentos de 8,0% e 9,3% a/a, respectivamente. O crédito pessoal atingiu R\$ 1,8 bilhão de faturamento, com um aumento de 5,8% a/a (R\$ 1,7 bilhão em 2024), passando a ter maior representatividade quando falamos em diversificação de produtos.

Faturamento

Receita

(Em milhões de Reais)

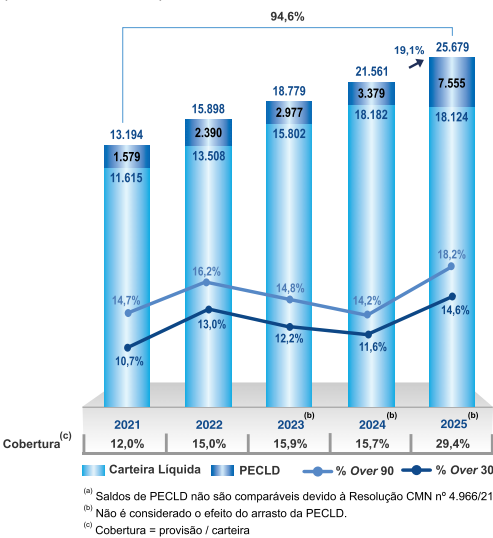


A receita total atingiu um montante de R\$ 7,8 bilhões no exercício de 2025, apresentando um aumento de 18,4% a/a (R\$ 6,6 bilhões em 2024), principalmente, pelas receitas de juros e similares, que representa 74% da receita total.

Receitas de Juros e Similares + Outras Receitas Prestação de Serviços

INDICADORES DE PERFORMANCE DE CRÉDITO

Carteira de crédito, PECLD e indicadores de inadimplência (a)
(Em milhões de Reais)



A partir de 1º de janeiro de 2025, o saldo de provisão passou a ser mensalmente calculado de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisionamento registrado atingiu o montante de R\$ 7,6 bilhões.

As carteiras Over 30 e Over 90 encerraram o exercício com taxas de 18,2% e 14,6% em relação à carteira de até 360 dias. Continuamos unindo esforços para reduzir cada vez mais os níveis de inadimplência, monitorando ativamente esses índices.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- a. Comitê Integrado de Riscos:** composto por membros independentes e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *Chief Risk Officer* (CRO), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- b. Comitê de Auditoria:** composto por três membros independentes (sendo que um deles atua como especialista financeiro), é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades da empresa de auditoria independente do Banco.
- c. Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, reputacional, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de gerenciamento de riscos integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação da Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br, na página de Governança Corporativa.

AGRADECIMENTOS

O Banco Carrefour agradece a todos os clientes pela preferência e confiança depositadas em nossos serviços, e também às nossas pessoas colaboradoras, cuja entrega, dedicação e excelência no trabalho foram fundamentais para impulsionar a transformação do nosso negócio. Sempre com foco na missão de melhorar a vida das famílias brasileiras, garantindo acesso ao crédito e oferecendo serviços financeiros inovadores, reconhecemos que, sem elas, não seríamos capazes de atingir os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026.

(Continua...)



Carrefour
banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
(Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	Passivo	Nota explicativa
Caixa e equivalentes de caixa	4	449.418	Passivos financeiros	15.602.246
Ativos financeiros		19.060.195	Ao custo amortizado	15.602.246
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	930.311	Depósitos	13 e 14
Títulos e valores mobiliários		930.311	Captações no mercado aberto	15
Ao valor justo por meio de resultados	6	6.055	Recursos de aceites e emissão de títulos	16
Títulos e valores mobiliários		6.055	Outros passivos financeiros	17
Ao custo amortizado		18.123.829	Provisões	19
Operações de crédito	7	25.679.263	Passivos fiscais	9.3
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)	7	(7.555.434)	Corrente	475.406
Outros ativos	8	563.846	Diferido	1.464
Ativos fiscais		2.088.519	Outros passivos	3.416.874
Diferidos	9.1	2.088.519	Outras obrigações fiscais	18.1
Investimento	10	69.695	Diversas	18.2
Imobilizado	11	45.494	Patrimônio líquido	20
Imobilizado de uso		146.310	Capital	1.942.000
(-) Depreciações acumuladas		(100.816)	De domiciliados no país	1.942.000
Intangível	12	811.388	Aumento de capital social	20
Ativos intangíveis		1.556.647	Reservas de capital	20.1
(-) Amortizações acumuladas		(745.259)	Reservas de lucros	20.2
			Outros resultados abrangentes	20.3
Total do ativo		23.088.555	Total do passivo e do patrimônio líquido	23.088.555
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)				
EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
(Em milhares de Reais)				
Descrição	Nota explicativa	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025	
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		2.589.391	4.495.180	
Lucro líquido		193.209	431.399	
Ajustes ao lucro líquido		2.396.182	4.063.781	
Depreciações e amortizações	11.2, 12.2 e 25	71.797	142.042	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)	7.4	2.293.532	4.557.597	
PECLD - Compromissos contingentes	19.2.2	48.423	72.497	
Provisão para ações cíveis, trabalhistas, fiscais e obrigações legais	19.2.2	10.238	18.829	
Outras provisões		17.776	25.972	
Provisão para crédito em confiança		(1.967)	(1.172)	
Provisão para inspeção de taxas e tarifas - DECON	28	2.072	7.086	
Atualização monetária de depósitos judiciais	27	(1.243)	(2.410)	
Atualização monetária de impostos a compensar	27	(11.366)	(16.008)	
Ativos e passivos fiscais diferidos	29	(265.683)	(825.480)	
Juros não pagos de passivos financeiros ao custo amortizado		376.580	376.689	
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(80.118)	(153.265)	
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	482	2.148	
Resultado em ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		(240)	(448)	
(Ganho) / Perda na venda ou baixa do imobilizado	11	217	20.251	
(Ganho) / Perda na baixa de intangível	12	37.359	37.359	
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		16	28	
Juros sobre arrendamento		149	314	
Resultado de equivalência patrimonial	10	(101.842)	(198.248)	
Variação de ativos e passivos		(2.112.337)	(4.156.488)	
(Aumento) / Redução dos ativos		(3.075.415)	(5.530.414)	
Ativos financeiros ao custo amortizado		(3.171.823)	(5.761.477)	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		79.342	152.663	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		240	448	
Outros ativos		16.826	77.952	
Aumento / (Redução) das obrigações		963.078	1.373.926	
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.065.555	1.781.928	
Outros passivos		140.438	572.025	
Realização de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(5.105)	(10.259)	
Juros pagos de passivos financeiros a custo amortizado		(12.996)	(527.821)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(224.814)	(441.947)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		477.054	338.692	
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	10	-	162.881	
Aquisição de imobilizado de uso	11	(8.427)	(15.259)	
Alienação de imobilizado de uso	11	(52)	-	
Aquisição de intangível	12	(79.378)	(128.894)	
Caixa líquido (consumido) / gerado pelas atividades de investimento		(87.857)	18.728	
Atividades de financiamento				
Amortização de juros - Contrato de arrendamento		(147)	(312)	
Amortização de principal - Contrato de arrendamento		(303)	(588)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(450)	(900)	
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		388.747	356.520	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / semestre		60.671	92.898	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / semestre	4	449.418	449.418	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)				
Descrição	Nota explicativa	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025	
Receitas de juros e similares	21	2.776.171	5.691.261	
Despesas de juros e similares	22	(274.782)	(519.138)	
Resultado líquido de juros		2.501.389	5.172.123	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)		(2.341.955)	(4.630.094)	
(-) PECLD	7.4	(2.293.532)	(4.557.597)	
(-) PECLD - Compromissos contingentes	19.2.2	(48.423)	(72.497)	
Outras receitas (despesas) operacionais		21.979	(3.729)	
Receitas de prestação de serviços	23	1.039.888	2.029.349	
Despesas de pessoal	24	(140.247)	(266.645)	
Outras despesas administrativas	25	(680.313)	(1.331.235)	
Despesas tributárias	26	(166.131)	(352.009)	
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	101.842	198.248	
Reversões (despesas) e atualizações de provisões fiscais, cíveis, trabalhistas e outras provisões	19.2.2	(10.238)	(18.829)	
Outras receitas operacionais	27	37.830	77.435	
Outras despesas operacionais	28	(160.652)	(340.043)	
Resultado operacional		181.413	538.300	
Outras receitas (despesas) não operacionais		6	58	
Resultado não operacional		6	58	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		181.419	538.358	
Imposto de renda e contribuição social	29	11.790	(106.959)	
Provisão para imposto de renda corrente		(129.931)	(507.215)	
Provisão para contribuição social corrente		(123.962)	(425.224)	
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		147.602	458.600	
Ativo fiscal diferido para contribuição social		118.081	366.880	
Lucro líquido		193.209	431.399	
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671	
Lucro por ação (em R\$)		0,17	0,39	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
(Em milhares de Reais)				
Descrição		2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025	
Lucro líquido		193.209	431.399	
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(62)	179	
Variação de valor justo - TVM ^(a)		(112)	(395)	
Impostos diferidos - TVM		50	574	
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado		148	152	
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego		148	152	
Total do resultado abrangente		193.295	431.730	
^(a) Não contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e alterações de marcação a mercado das cotas dos fundos de investimento ("Fundos Venture Capital").				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
(Continua...)				



Carrefour
banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)								
Descrição	Nota explicativa	Capital social integralizado	Aumento de capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.742.000	200.000	10.833	1.633.562	-	1.484	3.587.879
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 ^(a)		-	-	-	(877.273)	-	(881)	(878.154)
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.975/21 ^(a)		-	-	-	(694)	-	-	(694)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		1.742.000	200.000	10.833	755.595	-	603	2.709.031
Aumento de capital com base em reservas ^(b)	20	-	250.000	-	(250.000)	-	-	-
Integralização de capital		200.000	(200.000)	-	-	-	-	-
Movimentação dos Planos de Remuneração baseado em ações (LTI)	20.1	-	-	(9.358)	8.883	-	-	(475)
Ajuste ao valor justo - TVM		-	-	-	-	-	179	179
Avaliação atuarial - Benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	152	152
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	431.399	-	431.399
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	21.570	(21.570)	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	409.829	(409.829)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.942.000	250.000	1.475	945.877	-	934	3.140.286
Mutação do exercício		200.000	50.000	(9.358)	190.282	-	331	431.255
Saldos em 30 de junho de 2025		1.942.000	-	1.588	764.478	238.190	848	2.947.104
Aumento de capital com base em reservas ^(b)	20	-	250.000	-	(250.000)	-	-	-
Movimentação dos Planos de Remuneração baseado em ações (LTI)	20.1	-	-	(113)	-	-	-	(113)
Ajuste ao valor justo - TVM		-	-	-	-	-	(62)	(62)
Avaliação atuarial - Benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	148	148
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	193.209	-	193.209
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	21.570	(21.570)	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	409.829	(409.829)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.942.000	250.000	1.475	945.877	-	934	3.140.286
Mutação do semestre		-	250.000	(113)	181.399	(238.190)	86	193.182

(a) Contém os efeitos da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/21 e CMN nº 4.975/21 sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquidos dos efeitos tributários e alterações de marcação a mercado das cotas dos fundos de investimento ("Fundos Venture Capital") e o aluguel de um andar no Edifício Villa Lobos.

(b) O aumento do capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de fevereiro de 2026.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., constituído em 31 de agosto de 2006, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Edifício Villa Lobos - Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP. O Banco deu início às suas atividades em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. Atualmente está autorizado a operar como banco múltiplo, desenvolvendo suas operações por intermédio das carteiras de crédito, financiamento e investimentos regulamentados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e consignado, sendo um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Através da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda., da qual o Banco é detentor de 100% do capital social, ele atua também no mercado de corretagem de seguros, desde 8 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. O CMN e BACEN aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

a. CPC 00 (R2) – Pronunciamento conceitual básico (Resolução CMN nº 4.924/21);

b. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (Resolução CMN nº 4.924/21);

c. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Resolução CMN nº 4.524/16);

d. CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (Resolução CMN nº 4.818/20);

e. CPC 04 (R1) – Ativo intangível (Resolução CMN nº 4.534/16);

f. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas (Resolução CMN nº 4.818/20);

g. CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Resolução CMN nº 4.975/21);

h. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (Resolução CMN nº 3.989/11);

i. CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Resolução CMN nº 4.924/21);

j. CPC 24 – Eventos subsequentes (Resolução CMN nº 4.818/20);

k. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução CMN nº 3.823/09);

l. CPC 27 – Ativo imobilizado (Resolução CMN nº 4.535/16);

m. CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda (Resolução CMN nº 4.747/19);

n. CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (Resolução CMN nº 4.877/20);

o. CPC 41 – Resultado por ação (Resolução CMN nº 4.818/20);

p. CPC 46 – Mensuração do valor justo (Resolução CMN nº 4.924/21); e

q. CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Resolução CMN nº 4.924/21).

As demonstrações financeiras individuais do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 12 de fevereiro de 2026.

Normas que entraram em vigor no exercício corrente:

Resoluções CMN nº 4.966/21, CMN nº 5.100/22 e BCB nº 352/23

As Resoluções, emitidas pelo BACEN, regulamentam os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar pelo BACEN.

O Banco adotou em 1º de janeiro de 2025, tais Resoluções que alteram os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou por utilizar a faculdade de dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores dessas Demonstrações Financeiras, conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares

As alterações nas práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente e impactaram o patrimônio líquido corrente, conforme:

(Em milhares de Reais)	31/12/2024
Patrimônio líquido antes dos ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23	3.587.879
Ajustes de provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito (PECLD) - Reservas de lucros	(1.596.644)
Ajustes por remensuração de ativos das novas categorias - Outros resultados abrangentes ^(a)	881
Ajustes por remensuração de ativos das novas categorias - Reservas de lucros ^(a)	(881)
Imposto de renda diferido ^(b)	718.490
Patrimônio líquido após os ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - 01/01/2025	2.709.725

^(a) Cotas de fundos de investimento ("Fundos Venture Capital") mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), reclassificadas para Valor Justo no Resultado (VJR).

^(b) A adoção inicial para fins fiscais foi calculada em perda esperada e perda incorrida. Para a perda esperada, foi considerado o critério de contratos com até 180 dias de atraso sob a legislação da Resolução CMN nº 2.682/99 e contratos com menos de 90 dias de atraso sob a regra da Resolução CMN nº 4.966/21. Para fins de perda incorrida, foi considerado critério de contratos com mais de 180 dias de atraso sob a Resolução CMN nº 2.682/99 e contratos com mais de 90 dias de atraso sob a Resolução CMN nº 4.966/21.

Ativos financeiros - Classificações		Efeitos da adoção		Após a adoção da	
Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2025	Resolução CMN nº 4.966/21
Disponibilidades	4.226	4.226	-	4.226	Disponibilidades - Custo amortizado
Relações interfinanceiras	88.672	88.672	-	88.672	Relações interfinanceiras - Custo amortizado
TVM - Disponível para venda	935.584	935.584	-	935.584	TVM - Mensurados ao VJR
Operações de crédito	21.560.587	21.560.587	-	21.560.587	Operações de crédito - Custo amortizado
(-) PECLD	(3.379.189)	(3.379.189)	1.936.973	(1.442.216)	Provisão para perda incorrida
	-	-	(3.533.617)	(3.533.617)	Provisão para perda esperada

Passivos financeiros - Classificações

Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção	Saldo em 01/01/2025	Após a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	
		Reclassificações	Remensurações		
Passivos financeiros	13.971.499	13.971.499	-	13.971.499	Passivos financeiros - custo amortizado

As alterações da Resolução CMN nº 4.966/21 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, e o Banco aplicou às regras do normativo, conforme acima.

Lei nº 14.467/22 - Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos

A Lei nº 14.467/22 (com as alterações da Lei nº 15.078/24), dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN poderão deduzir do lucro real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, assim consideradas as operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos. O valor da perda dedutível será apurado mensalmente, mediante a aplicação de fatores sobre o valor total do crédito, a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida. Esses fatores refletem os percentuais estabelecidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, para determinação das perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2025, as perdas incorridas no recebimento de créditos passam a ser deduzidas das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, mensalmente, pelo montante das perdas incorridas apuradas em cada mês.

Por fim, a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento a ser dado às perdas incorridas originadas na adoção inicial, relativas às perdas com créditos que não tenham sido deduzidas até 31 de dezembro de 2024. As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Conforme a Lei nº 14.467/22 e os esclarecimentos da Receita Federal do Brasil através das IN nº 2.285/25 e IN nº 2.296/25, o Banco CSF S.A. incluiu os valores de operações inadimplentes em 31/12/2024 que foram recuperadas, na base de cálculo tributável e optou pela dedução integral das perdas recuperadas que ainda não haviam sido deduzidas, as bases de cálculo do Lucro Real e da CSLL, conforme o inciso I e a alínea "a" do inciso II da referida IN nº 2.296/25.

A aplicação do normativo ocorreu em outubro de 2025 de forma retroativa, para garantir que os efeitos da Lei nº 14.467/22 e esclarecimentos posteriores tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na nota 9.2.

Resolução CMN nº 4.975/21

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução CMN nº 4.975/21 introduz princípios para o reconhecimento de arrendamentos, trazendo mudanças significativas na contabilização dessas operações pelos arrendatários, ao eliminar a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. Todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais, por meio do reconhecimento de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos devidos durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. Essa mudança afeta a apresentação das transações de arrendamento nas demonstrações do resultado, substituindo a despesa de aluguel por despesas de depreciação e de juros, e nas demonstrações dos fluxos de caixa, onde os pagamentos de arrendamento, representando pagamento de juros e amortização do passivo, impactam o fluxo de caixa das atividades financeiras.

Na data de transição, os ativos e passivos, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento devidos durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento, considerando que:

a. O Banco utilizou o expediente prático de não reconhecer ativos e passivos para arrendamentos de baixo valor, sem opção de compra, e contratos com duração inferior a 12 meses;

b. Foram excluídos os custos iniciais para a celebração do contrato (direito de uso); e

c. O Banco não possui contratos classificados como financeiros pela Resolução CMN nº 4.977/21.

Os ativos de direito de uso do Banco referem-se a contratos de arrendamento de imóveis, nos quais está localizado o prédio administrativo. A taxa de desconto utilizada foi de 12,76% a/a.

As alterações da Resolução CMN nº 4.975/21 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, e o Banco aplicou as regras do normativo, adotando uma abordagem retrospectiva, que impactou o patrimônio líquido corrente, no montante de R\$ 694 mil.

Normas que entrarão em vigor em exercícios futuros:

Resolução CMN nº 5.185/24 - Relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

A Resolução CMN nº 5.185/24 estabelece que instituições financeiras de maior porte devem elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras anuais consolidadas, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa medida alinha-se aos pronunciamentos internacionais, emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), e aprovados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

A implantação das alterações da Resolução CMN nº 5.185/24 terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2028, para instituições do segmento S3 e o Banco está avaliando os impactos desta alteração.

Lei Complementar nº 214/25 - Reforma Tributária

A Lei Complementar nº 214/25 estabeleceu a reestruturação do sistema tributário nacional, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A governança do novo modelo será centralizada pelo Comitê Gestor do IBS.

A estratégia de transição e os impactos para a Instituição estão fundamentados nos seguintes pilares:

a. Acompanhamento normativo: o Banco monitora ativamente os desdobramentos da Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta a CBS e o IBS;

b. Cronograma de transição: a partir de 1º de janeiro de 2027, a Instituição iniciará a apuração e o recolhimento do IBS e da CBS, em substituição gradual ao PIS e à COFINS (que serão extintos em 31/12/2026) e ao ISS (com extinção gradual até 2032, conforme a regra de transição federativa);

c. Regime específico financeiro: as operações da Instituição serão tributadas pelo regime específico de serviços financeiros (artigos 384 a 396 da LC nº 214/25). Este regime prevê a incidência dos impostos CBS e IBS sobre a receita de prestação de serviços e sobre a margem financeira (*spread*), permitindo a dedução de despesas financeiras relacionadas, conforme critérios de não cumulatividade próprios do setor; e

d. Mensuração de impactos: a Administração entende que a reforma representa uma alteração estrutural no sistema tributário nacional. No entanto, o impacto financeiro quantitativo e os efeitos sobre o valor de recuperação de ativos fiscais ainda não são passíveis de estimativa precisa, uma vez que as alíquotas de referência e as resoluções do Comitê Gestor do IBS ainda aguardam definição.

(Continua...)



Carrefour
banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* utilizando-se o método de juros efetivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e o CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Estes ativos financeiros constituem pagamento somente de principal e juros e são classificados ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros
Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros
Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:
a. Custo amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
b. VJORA: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
c. VJR: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.
A classificação depende de:
a. Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
b. As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de negócios: os modelos de negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: a. os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; b. como os gestores do negócio são remunerados; e c. como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao VJR.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco avaliou o modelo de negócio dos seus ativos financeiros e identificou que os fundos de investimento se enquadraram no conceito de VJR mencionado acima.

Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para perdas esperadas de instrumentos com risco de crédito:

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas e mensuradas ao custo amortizado.

O Banco avalia, em bases prospectivas, a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros.
A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior.

Estágio 1: o Banco classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o *default* resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default*; e

Estágio 3: perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais).

Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito: o Banco considera que um ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático" quando:

- a. Ativo financeiro com mais de 90 dias de atraso;
- b. Ativo financeiro reestruturado ou renegociado com mais de 30 dias de atraso com indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito;
- c. Ativo financeiro referente a clientes em litígio com o Banco ou clientes com óbito confirmado; e
- d. Ativos com indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual o Banco está exposto ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

As operações reestruturadas tratam-se de renegociações que impliquem a concessão de vantagens à contraparte, em decorrência da deterioração da qualidade creditícia, do interveniente ou do instrumento mitigador.

Valor justo: valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Banco classifica a hierarquia de valor justo, conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso;

Nível 2: são os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo; e

Nível 3: são derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, como o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios como fatores mínimos:

- a. Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, *triggers* relativos e absolutos; e
- b. Estágios 1 ou 2 para estágio 3: conforme definição de inadimplência descrita acima.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pelo Banco para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Risco de crédito: instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Banco ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. O Banco mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As exposições do Banco aos riscos de crédito estão divulgadas na nota 34.3.

Novos critérios para Stop Accrual: conforme disposto no artigo 17 da Resolução CMN nº 4.966/21, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receitas ainda não recebidas associadas a ativos financeiros que apresentam problemas de recuperação de crédito. Nesses casos, aplica-se o procedimento de *Stop Accrual*, que determina a interrupção do reconhecimento de juros. O procedimento passa a ser adotado a partir do enquadramento do ativo no Estágio 3 ou classificação de ativo problemático.

Taxa efetiva de juros: é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

O Banco avaliou que até o momento não há impacto sobre a taxa efetiva de juros. Ainda assim, permanece atento às possíveis alterações nos cenários macroeconômicos que possam vir a influenciar tal indicador.

3.5. Despesas antecipadas
São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.6. Investimento
O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.7. Ativo imobilizado
Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplem o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado anualmente por empresa especializada, bem como a avaliação interna periódica da Administração.

3.8. Ativo intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade e são registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado anualmente por empresa especializada, bem como a avaliação interna periódica da Administração.

3.9. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)
Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.10. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras
São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis:

- a. As ações cíveis massificadas (Juizado Especial Cível – JEC e Vara Cível), com risco acima de R\$ 25 mil, são provisionadas na totalidade do risco provável apurado pela assessoria jurídica;
- b. Para as demais ações cíveis massificadas (JEC e Vara Cível), o Banco adota a metodologia de *ticket* médio calculado trimestralmente, levando em consideração a média de perda dos últimos 12 meses. Considera-se média de perda, a média de pagamento multiplicado pelo percentual de favorabilidade ao autor;
- c. Para as ações cíveis especiais em razão da matéria (Ação Civil Pública, Anulatória e Execução Fiscal), a avaliação de risco é feita de forma individual, conforme análise dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco provável apurado pela assessoria; e
- d. Para os processos administrativos, a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências trabalhistas:

- a. Na constituição da provisão para processos trabalhistas com valor reclamado abaixo de R\$ 1 milhão, aplica-se a taxa estatística calculada trimestralmente, a qual, em resumo, considera o percentual do valor pago (total) *versus* o valor reclamado (total) do período de 24 meses, dos casos elegíveis à aplicação da taxa estatística, por categoria: a. hierarquia; b. operacional; e c. Terceiro Insolvente (TIN); e
- b. Para os processos trabalhistas com pedido acima de R\$ 1 milhão, o Ministério Público do Trabalho e reclamações sindicais, aplica-se a análise individualizada do risco envolvido de cada processo.

• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.12. Benefícios pós-emprego
O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

3.13. Imposto de renda e contribuição social
As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês e contribuição social 20%. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 9.2., está baseada em projeções de resultados para os próximos 7 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na nota 9. Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22. A expectativa de realização dos créditos tributários relativos a perdas esperadas associadas ao risco de crédito apuradas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidos até essa data e que não tenham sido recuperados somente poderão ser deduzidas a partir do mês de janeiro de 2026, em um prazo à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos).

3.14. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital
O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.15. Uso de estimativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
O ajuste a valor presente é uma técnica contábil utilizada para trazer o valor futuro de ativos e passivos para o seu valor presente, considerando o efeito do tempo e do risco. Isso é feito descontando os fluxos de caixa futuros esperados para a data de hoje, utilizando uma taxa de desconto apropriada. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é imaterial em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.17. Resultados não recorrentes
De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, em conjunto com os conceitos internos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:
a. não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição;
b. não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
c. estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write-off*; e
d. para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R\$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Circulante			Total
	Valor contábil bruto	Provisão para perda esperada	Custo amortizado	
Relações interfinanceiras ^(a)	447.342	-	447.342	447.342
Disponibilidades ^(b)	2.076	-	2.076	2.076
Total	449.418	-	449.418	449.418

^(a) Taxa de remuneração 100% Selic Over.

^(b) Refere-se, substancialmente, aos recursos mantidos em moeda americana, já convertidos em moeda nacional, no montante R\$ 1.255.

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	Circulante			Total
	Valor contábil bruto	Provisão para perda esperada	Custo amortizado	
Conta de pagamento instantâneo	447.342	-	447.342	447.342
Total	447.342	-	447.342	447.342

(Continua...)



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As letras financeiras do tesouro são mensuradas pelo VJORA, pois o Banco adota, como modelo de negócio, manter os ativos tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, como pela venda dos títulos.

As aplicações em fundos de investimento não possuem fluxo de caixa contratual proveniente apenas de principal e juros, sendo o ganho, predominantemente gerado pela valorização de cotas em relação ao preço de aquisição, sendo elas mensuradas pelo VJR. A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2025				
	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Circulante	Não circulante	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ^(a)					
Carteira própria	658.820	382	543.673	115.529	659.202
Vinculados a operações compromissadas	270.137	376	-	270.513	270.513
Vinculados a garantias	595	1	-	596	596
Total	929.552	759	543.673	386.638	930.311

^(a) As operações são classificadas como hierarquia Nível 1, conforme descrito na nota 33.1.

Não houve alteração no modelo de negócio e na classificação dos títulos públicos.

Descrição	31/12/2025				
	Custo amortizado	Ajuste ao VJR	Circulante	Não circulante	Valor contábil
Aplicações em fundos de investimentos em participações e multimercado ^(b)					
Carteira própria	4.700	1.355	-	6.055	6.055
Total	4.700	1.355	-	6.055	6.055

^(b) As operações são classificadas como hierarquia Nível 2, conforme descrito na nota 33.1.

Os fundos de investimento anteriormente classificados como "disponíveis para venda", passaram a ser classificados como valor justo por meio de resultado.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. O ganho não realizado para estes títulos na data-base foi de R\$ 2.114, impactando positivamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 417 e impactando positivamente o resultado do Banco em R\$ 746, líquido dos efeitos tributários.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

As operações de créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025, estão assim sumarizadas:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil - custo amortizado	Circulante	Não circulante
Empréstimos	11.289.565	10.642.272	647.293
Valores a receber relativos a transações de pagamento ^(a)	14.389.698	13.564.657	825.041
Total de operações de crédito	25.679.263	24.206.929	1.472.334
(-) PECLD	(7.555.434)	(7.118.353)	(437.081)
Total de PECLD	(7.555.434)	(7.118.353)	(437.081)
Total de operações de crédito	18.123.829	17.088.576	1.035.253

^(a) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no exercício, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

Descrição	31/12/2025					
	Operação de crédito	(-) PECLD	Total de operação de crédito	Valores a receber	(-) PECLD	Total de valores a receber
Estágio 1	2.845.591	(189.255)	2.656.336	13.662.798	(1.065.698)	12.597.100
Estágio 2	2.337.820	(842.059)	1.495.761	724.891	(289.956)	434.935
Estágio 3	6.106.154	(5.166.758)	939.396	2.009	(1.708)	301
Total	11.289.565	(6.198.072)	5.091.493	14.389.698	(1.357.362)	13.032.336

7.3. Movimentação da carteira				
Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	15.697.846	2.517.856	3.344.885	21.560.587
Transferências - Estágio 1 ^(a)	-	4.671.149	48.506	4.719.655
Transferências - Estágio 2 ^(a)	(4.671.149)	-	4.366.260	(304.889)
Transferências - Estágio 3 ^(a)	(48.506)	(4.366.260)	-	(4.414.766)
Originação / Liquidação	5.530.198	240.256	(7.807)	5.762.647
Baixa para prejuízo	-	(290)	(1.643.681)	(1.643.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.508.389	3.062.711	6.108.163	25.679.263

^(a) Transferência líquida entre estágios.

7.4. Movimentação da PECLD				
Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.127.935)	(931.972)	(2.581.901)	(4.641.808)
Transferências - Estágio 1 ^(a)	-	(3.075.552)	(137.961)	(3.213.513)
Transferências - Estágio 2 ^(a)	3.075.552	-	(4.244.553)	(1.169.001)
Transferências - Estágio 3 ^(a)	137.961	4.244.553	-	4.382.514
Constituição / Reversão	(3.340.531)	(1.369.334)	152.268	(4.557.597)
Baixa para prejuízo	-	290	1.643.681	1.643.971
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.254.953)	(1.132.015)	(5.168.466)	(7.555.434)

^(a) Transferência líquida entre estágios.

7.5. Operações renegociadas e reestruturadas			
	31/12/2025		
Movimentação	Renegociadas	Reestruturadas	
Empréstimos ^(a)	1.038.983	1.566.221	
Total	1.038.983	1.566.221	

^(a) Em 31 de dezembro de 2025, 60% das operações renegociadas foram reestruturadas. Assim, o valor de R\$ 1.038.983 representa os contratos que atenderam aos critérios de descaracterização de ativo problemático (contratos curados).

8. OUTROS ATIVOS

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Despesas antecipadas ^(a)	105.532	91.996	197.528
Rendas a receber ^(b)	140.964	-	140.964
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 30)	87.992	-	87.992
Impostos a compensar	59.897	-	59.897
Depósitos em garantia - CSLL	25.858	-	25.858
Crédito em confiança	15.273	-	15.273
Outros depósitos em garantia ^(c)	4.260	8.392	12.652
Devedores diversos no país ^(d)	11.577	-	11.577
Valores a receber e-commerce	9.234	-	9.234
Incentivo a receber das bandeiras	1.758	-	1.758
Adiantamentos e antecipações salariais	1.113	-	1.113
Total	463.458	100.388	563.846

^(a) Refere-se, substancialmente, a valores de despesas de aquisição de novos clientes e emissão de novos cartões.

^(b) Refere-se, substancialmente, a valores a receber da CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda., sobre dividendos destacados, no montante de R\$ 140.000.

^(c) Refere-se, substancialmente, a depósitos para garantia de reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 8.666, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no montante de R\$ 2.920 e a valores de depósitos de processos cíveis, no montante de R\$ 209.

^(d) Refere-se, substancialmente, a valores a receber das bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 10.558, recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 675 e valores a receber – APAG, no montante de R\$ 29.

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 2.088.519 e R\$ 1.464, respectivamente, referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

Descrição	31/12/2025					
	IRPJ			CSLL		
	Saldo em 01/01/2025	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2025
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos	638.293	451.584	1.089.877	510.634	361.266	871.900
Provisão para perdas operacionais	43.833	3.339	47.172	35.066	2.671	37.737
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	10.041	1.474	11.515	8.034	1.180	9.214
Provisão para contingências cíveis	7.057	614	7.671	5.645	492	6.137
Provisão para contingências trabalhistas	2.096	1.522	3.618	1.677	1.217	2.894
Provisão para contingências tributárias	145	5	150	116	5	121
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM	223	62	285	179	49	228
Total	701.688	458.600	1.160.288	561.351	366.880	928.231

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2025, têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

IRPJ / CSLL	Período de realização						
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Valor nominal	1.459.244	434.389	39.478	38.760	38.867	38.634	39.147
Valor presente	1.288.081	344.942	28.948	25.629	23.175	20.773	18.974

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Corrente			
Provisão para contribuição social	258.750	-	258.750
Provisão para imposto de renda	216.654	-	216.654
Diferido ^(a)			
Provisão para imposto de renda	815	-	815
Provisão para contribuição social	651	-	651
Total	476.870	-	476.870

^(a) Os impostos diferidos são compostos, principalmente, pela variação de Market to Market (MTM).

10. INVESTIMENTO

10.1. Composição do investimento					
	Participação	Patrimônio líquido em 01/01/2025	Resultado do exercício	Dividendos distribuídos ^(a)	Patrimônio líquido em 31/12/2025
No país					
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	100%	11.447	198.248	(140.000)	69.695

^(a) Os dividendos ainda não foram recebidos.

Em 23 de junho de 2025, o Banco recebeu dividendos da Corretora no montante de R\$ 162.881.

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do ativo imobilizado					
	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025			
Descrição		Custo	Depreciação	Valor contábil	
Instalações	10%	29.999	(8.046)		21.953
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	104.716	(86.024)		18.692
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	6.666	(4.079)		2.587
Edificações	De 11,1% a 25%	3.043	(1.187)		1.856
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.304	(1.003)		301
Sistema de segurança	20%	582	(477)		105
Total		146.310	(100.816)		45.494

11.2. Movimentação do ativo imobilizado					
	Saldo em 01/01/2025	Custo	Depreciação	Saldo em 31/12/2025	
Descrição		Aquisição	Baixa ^(a)	Despesa	Baixa ^(a)
Instalações	17.694	6.896	(365)	(2.511)	239
Sistema de processamento de dados	40.552	7.713	(34.148)	(9.504)	14.079
Móveis e equipamentos de uso	2.733	501	(177)	(591)	121
Edificações	2.472	-	-	(616)	-
Sistema de comunicação	307	112	-	(118)	-
Sistema de segurança	95	37	-	(27)	-
Total	63.853	15.259	(34.690)	(13.367)	14.439

^(a) Refere-se, substancialmente, às baixas por perdas de POS ("Point of Sales").

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição do ativo intangível					
	Taxas anuais de amortização	31/12/2025			
Descrição		Custo	Amortização	Valor contábil	
Softwares e sistemas desenvolvidos	De 12,5% a 20%	602.935	(263.639)		339.296
Softwares e sistemas em desenvolvimento	-	128.712	-		128.712
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(481.620)		343.380
Total		1.556.647	(745.259)		811.388

12.2. Movimentação do ativo intangível					
	Saldo em 01/01/2025	Custo	Transferência para utilização	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Descrição		Aquisição	Baixa ^(a)	Despesa	Baixa ^(a)
Softwares e sistemas desenvolvidos	337.146	-	(91.646)	114.671	(75.162)
Softwares e sistemas em desenvolvimento	114.489	128.894	-	(114.671)	-
Direito de exclusividade	396.893	-	-	(53.513)	-
Total	848.528	128.894	(91.646)	-	(128.675)

^(a) Refere-se, substancialmente, às baixas de projetos descontinuados.

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição e desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software*, pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2025, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. DEPÓSITOS

13.1. Depósitos à vista				
Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes, no montante de R\$ 21.566.				
13.2. Depósitos a prazo				
As captações na modalidade Certificado de Depósito Bancário (CDB), por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada de 102,44% do DI e taxa média de juros prefixada de 15,29% a.a.				
Prazo de vencimento				31/12/2025
Até 3 meses				690.280
De 3 a 12 meses				601.185
De 1 a 3 anos				507.693
Total				1.799.158

(Continua...)



Carrefour
banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

14. DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS

As captações na modalidade Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI -0,10% a.a.

Prazo de vencimento	31/12/2025
De 3 a 12 meses	458.124
Acima de 12 meses	250.090
Total	708.214

15. CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

As captações no mercado aberto foram realizadas à taxa SELIC de 15,00% a.a.

Descrição	31/12/2025
Carteira própria:	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 3 meses)	269.943
Total	269.943

16. CAPTAÇÃO EM LETRAS FINANCEIRAS

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

As letras financeiras foram emitidas, conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor na data da captação
2024	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2026	De DI+0,54% a.a. até DI+0,58% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 800.000
2025	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2027	De DI+0,45% a.a. até DI+0,50% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 400.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas *pro rata* dia. Em 31 de dezembro de 2025, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2025
Até 3 meses	374.942
De 3 a 12 meses	614.629
De 1 a 3 anos	449.401
Total	1.438.972

17. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado e conta digital.

	31/12/2025		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar - arranjo de pagamento	11.326.482	37.911	11.364.393
Total	11.326.482	37.911	11.364.393

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

18.1. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2025		
Descrição	Aliquota	Circulante	Total
COFINS	4,00%	22.899	- 22.899
Impostos e contribuições sobre salários	-	18.563	1.914 20.477
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	-	7.390	- 7.390
IOF	De 0,38% a 3,5%	5.760	- 5.760
PIS	0,65%	3.721	- 3.721
ISS	De 2,00% a 5,00%	3.492	- 3.492
IRRF	25,00%	1.459	- 1.459
Total		63.284	1.914 65.198

18.2. Diversas

	31/12/2025		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total
Valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos ^(a)	1.502.460	-	1.502.460
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 30) ^(b)	802.674	62.084	864.758
Credores diversos - País ^(c)	491.743	181.152	672.895
Obrigações por transações de pagamento ^(d)	233.470	3.527	236.997
Provisão para despesas de pessoal (notas 31.2. e 31.3.)	69.023	2.965	71.988
Passivo de arrendamento	677	1.651	2.328
Provisão para desmobilização de imóvel	-	250	250
Total	3.100.047	251.629	3.351.676

- ^(a) Refere-se aos repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pelas empresas do Grupo (Carrefour, Atacadão e BIG), que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros, houve somente troca de titularidade.
- ^(b) Refere-se, substancialmente, a valores de compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, que serão repassadas para essas instituições no montante de R\$ 833.629, a pagamentos por serviços prestados, no montante de R\$ 25.769 e incentivo de venda, no montante de R\$ 1.691.
- ^(c) Refere-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores no montante de R\$ 297.648, provisões com riscos operacionais no montante de R\$ 181.153 e contas a pagar às bandeiras Visa e Mastercard no montante de R\$ 127.160.
- ^(d) Refere-se a repasses de valores a lojistas, referente a compras de clientes realizadas no *marketplace*.

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

19.1. Ativos contingentes

No exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.11. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

	31/12/2025		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total
Compromissos contingentes ^(a)	-	406.522	406.522
Provisões para contingências cíveis	14.729	15.956	30.685
Provisões para contingências trabalhistas	6.946	7.525	14.471
Provisão para riscos fiscais - FGTS	-	368	368
Provisões para contingências fiscais	-	233	233
Total	21.675	430.604	452.279

^(a) Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.966/21., o Banco passou a reconhecer uma provisão sobre os compromissos de empréstimos referentes às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões de crédito Carrefour, Atacadão e Sam's Club apresentadas nos compromissos futuros. O montante de limite de cartão de crédito concedido (*Off Balance*) é de R\$ 17.842.554.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

	31/12/2025					
Descrição	Fiscais	Cíveis ^(a)	Trabalhistas ^(a)	Outras provisões	Compromissos contingentes	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	241	28.227	8.383	338	334.025	371.214
Constituição	6	26.211	9.950	30	114.282	150.479
Adição / Reversão de atualização monetária	7	1.333	2.124	-	-	3.464
Reversão	(21)	(16.065)	(4.746)	-	(41.785)	(62.617)
Realização	-	(9.021)	(1.240)	-	-	(10.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	233	30.685	14.471	368	406.522	452.279

^(a) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente relativas a danos morais, materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões	Compromissos contingentes	Total
Até 1 ano	-	14.729	6.946	-	-	21.675
De 1 a 3 anos	233	15.956	7.525	368	406.522	430.604
Total	233	30.685	14.471	368	406.522	452.279

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 62.723 que refere-se, substancialmente, a pedidos de compensação de CSLL e recolhimento de ISS. O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 7.661. O valor de risco das causas trabalhistas com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 2.043.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o Banco propôs aumento de capital no montante de R\$ 250.000, com base em reservas estatutárias, sem emissão de novas ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas durante a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 31 de dezembro de 2025, e foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de fevereiro de 2026. O valor do capital social no exercício é de R\$ 2.192.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco, são compostas pelos planos de remuneração baseados em ações, conforme detalhado na nota 31.5.

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	31/12/2025
Legal	264.974
Estatutárias	680.903
Reserva de lucros	945.877

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	31/12/2025
Benefícios pós-emprego	517
Ajuste ao valor justo - TVM	417
Total	934

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA), de 13 de fevereiro de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos para BSF Holding S.A., referente ao lucro gerado nos exercícios de 2025 a 2027.

21. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Rendas de empréstimos	2.194.182	4.650.069
Recuperação de créditos - renegociação de dívida	500.109	886.804
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	67.521	126.088
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	14.359	28.300
Total	2.776.171	5.691.261

22. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Despesas de letras financeiras	(106.057)	(237.182)
Despesas de depósitos a prazo	(115.276)	(197.611)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(40.279)	(56.059)
Despesas de operações compromissadas e perdas	(12.996)	(27.590)
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários	(174)	(696)
Total	(274.782)	(519.138)

23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Rendas de intercâmbio ^(a)	469.594	899.178
Rendas de tarifa bancária ^(b)	394.218	781.659
Serviços prestados a ligadas (nota 30) ^(c)	106.016	208.095
Tarifa de pacote SMS	62.572	126.186
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	4.501	9.772
APAG e outros serviços	2.987	4.459
Total	1.039.888	2.029.349

- ^(a) Refere-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.
- ^(b) Refere-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 781.048.
- ^(c) Refere-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com cartões emitidos pelo Banco.

24. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Proventos	(90.145)	(169.453)
Encargos sociais	(33.382)	(62.814)
Benefícios	(16.203)	(33.651)
Treinamento	(517)	(727)
Total	(140.247)	(266.645)

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Despesas com serviços de terceiros ^(a)	(244.977)	(505.749)
Despesas de processamento de dados ^(b)	(189.216)	(346.335)
Despesas de depreciação e amortização	(71.797)	(142.042)
Despesas com serviços técnicos especializados ^(c)	(46.785)	(89.701)
Despesas de propaganda e publicidade	(34.892)	(67.855)
Despesas de comunicações	(19.473)	(39.809)
Despesas de aluguéis	(13.567)	(33.461)
Despesas com materiais	(15.329)	(31.557)
Despesas com filantropia	(23.125)	(23.125)
Despesas com honorários administrativos	(4.141)	(17.635)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(8.637)	(17.241)
Despesas com associação de classes	(2.533)	(4.672)
Despesas com manutenção de bens	(1.683)	(3.851)
Despesas com transportes	(1.050)	(2.165)
Despesas com brindes	(1.365)	(2.123)
Despesas com custas judiciais	(710)	(1.402)
Outras	(1.033)	(2.512)
Total	(680.313)	(1.331.235)

- ^(a) Refere-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 288.044 e serviços de cobrança no montante de R\$ 148.203.
- ^(b) Refere-se às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.
- ^(c) Refere-se, substancialmente, às despesas com consultorias, honorários advocatícios, auditoria e assessorias.

26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	Aliquota	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
COFINS	4,00%	(124.753)	(267.416)
PIS	0,65%	(20.272)	(43.455)
ISS	De 2,00% a 5,00%	(20.409)	(39.817)
Outras	-	(697)	(1.321)
Total		(166.131)	(352.009)

(Continua...)



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Recuperação de custos de comissões de seguros	16.637	35.052
Atualização monetária de impostos a compensar	11.366	16.008
Participação nos lucros com venda de seguros	2.804	14.245
Variação cambial ativa	2.106	4.093
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.243	2.410
Outras rendas operacionais	1.344	1.963
Incentivo recebido das bandeiras	753	1.930
Reversão de provisão de riscos operacionais	1.501	1.501
Rendas com descontos obtidos	76	233
Total	37.830	77.435

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Intercâmbio nacional e internacional ^(a)	(55.809)	(150.426)
Bonificações	(33.306)	(60.403)
Baixa de ativos	(37.524)	(57.610)
Perdas operacionais	(10.864)	(21.462)
Transmissão de dados	(11.329)	(21.009)
Despesas com acordos cíveis	(2.432)	(7.446)
Inspeção de taxas e tarifas - DECON	(3.434)	(7.086)
Despesas com fraudes	(2.315)	(5.076)
Incentivos de vendas	(1.168)	(2.062)
Multas	(276)	(1.037)
Variação cambial passiva	(671)	(1.027)
Outras ^(b)	(1.524)	(5.399)
Total	(160.652)	(340.043)

^(a) Refere-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

^(b) Refere-se, substancialmente, a crédito em confiança, despesas relacionadas às contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), custos com a recompra de operações cedidas, tarifas cobradas pelos adquirentes pelo processamento de faturas e comissões sobre compras parceladas com juros.

29. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

29.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	181.419	538.358
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(81.640)	(242.262)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	620	620
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes		
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	(11.936)	(14.828)
PLR dos estatutários	-	(1.911)
Perdas operacionais	(148)	(232)
Equivalência patrimonial	45.829	89.212
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	29.400	29.400
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	24.538	25.814
Atualização monetária de impostos a compensar	5.115	7.204
Efeito tributário do adicional de IRPJ	12	24
Despesa com IRPJ e CSLL	11.790	(106.959)
IRPJ e CSLL correntes	(253.893)	(932.439)
IRPJ e CSLL diferidos	265.683	825.480
Total do IRPJ e CSLL	11.790	(106.959)

29.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Lucro líquido antes de IRPJ e CSLL	181.419	538.358
IRPJ e CSLL	11.790	(106.959)
Alíquota efetiva	-6,50%	19,87%

30. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

Em 31 de dezembro de 2025, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

a. Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;

b. Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;

c. Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.;

d. Controlada do Banco - CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.; e

e. Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)	
	31/12/2025	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Partes relacionadas / Operações			
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.			
Nota de crédito / débito	3.390	13.443	25.796
Campanhas de desconto	6.771	-	-
Valores a receber ^(a)	25.794	-	-
Valores a receber - Descontos concedidos a funcionários	223	-	-
Valores a receber - Desconto em folha de pagamento de funcionários	4.393	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	(11.652)	(74.617)	(144.541)
Repasses de valores e comissões ^(c)	(682.532)	38.035	74.830
Aluguéis a pagar	(895)	(366)	(10.821)
Outras despesas operacionais	-	(1.795)	(3.182)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.			
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	-	(394)	(395)
Repasses de valores e comissões ^(c)	-	3.506	184
Grupo BIG Brasil S.A.			
Nota de crédito / débito	334	2.699	2.965
Desconto de campanhas	(508)	(2.709)	(2.953)
Valores a receber ^(a)	477	(524)	-
Valores a receber - Membership	843	8.223	8.947
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	(2.164)	(18.327)	(19.981)
Repasses de valores e comissões ^(c)	(32.477)	55.581	7.845
Aluguéis a pagar	(128)	(1.331)	(1.450)
Atacadão S.A.			
Nota de crédito / débito	234	31.101	31.101
Campanhas de desconto	273	(107)	-
Valores a receber ^(a)	35.617	(42.592)	-
Valores a receber - Desconto em folha de pagamento de funcionários	6.980	(6.346)	-
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	(11.963)	(119.490)	(133.428)
Repasses de valores e comissões ^(c)	(120.301)	144.444	65.302
Aluguéis a pagar	(1.144)	(12.531)	(13.670)
Direito de exclusividade	343.380	(423.649)	(53.513)
Itaú-Unibanco S.A.			
Nota de crédito / débito	(994)	-	-
Depósitos interfinanceiros	708.214	(239.295)	(34.442)
Operações compromissadas	269.943	433.525	(27.712)
Comissão de intermediação de CDB	-	72	72
Certificado de depósito bancário	(17.380)	615	305
BSF Holding S.A.			
Certificado de depósito bancário	(7.613)	6.237	(888)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.			
Valores a receber - Comissões	-	134	134
Valores a pagar - Prestação de serviços	-	(4.653)	(4.653)
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.			
Valores a receber - Comissões	2.663	32.035	35.053
Dividendos a receber	140.000	-	-
Certificado de depósito bancário	(147.444)	29.450	(18.117)

31. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

31.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador, contribuindo mensalmente com o fundo de previdência, limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025, o montante da despesa dessa contribuição era de R\$ 2.354 e está registrado na rubrica “despesas de pessoal”.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2025
Remuneração ^(a)	17.635
Pagamento baseado em instrumentos de capital	1.475
Contribuição aos planos de aposentadoria	329
Total	19.439

^(a) O montante do 2º semestre de 2025 é de R\$ 4.141.

31.3. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2025
Provisão sobre participação nos lucros e bônus	43.648
Provisão de férias e encargos	21.048
Salários, 13º salários e encargos a pagar, vale-alimentação, vale-refeição	7.292
Total	71.988

31.4. Benefícios pós-emprego

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora periodicamente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Em 31 de dezembro de 2025, não houve a provisão, devido à redução do passivo que decorre das projeções de contribuições futuras que superaram os custos de saúde esperados a valor presente, além da atualização de premissas e revisão metodológica realizada por empresa especializada.

31.5. Pagamento baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos Regulares 2022 a 2025 – alterado em maio de 2025

Em 5 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 1º de junho de 2023, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 7 de maio de 2024, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 19 de fevereiro de 2025, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 6 de maio de 2025, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a liquidação do Plano Regular 22, conforme data de vesting esperada de 5 de maio de 2025, com pagamento em dinheiro e a valor de R\$ 8,50 por ação, não mais em entrega de ações do Atacadão S.A., como resultado da reorganização societária.

Ainda em relação às deliberações do Conselho em 6 de maio de 2025, dentre outras medidas, foi aprovada a alteração dos Planos Regulares, conforme a seguir:

a. Aditamento das cláusulas e alteração dos Planos Regulares 23 e 24 para refletir, dentre outras, a substituição das Ações Restritas (conforme definido no Plano) por ações fantasmas (phantom shares) do Carrefour S.A. (França) ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga; e

b. Aprovar o Plano Regular 25, em conjunto com a definição de empregados elegíveis, e correspondentes termos e condições aplicáveis com pagamento por ações fantasmas (phantom shares) do Carrefour S.A. (França) ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga.

O vesting period continua em três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou o direito de receber em dinheiro. O funcionário poderá acessar a totalidade do dinheiro, somente se permanecer no Grupo até o término do vesting period e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar parte do montante financeiro, pro rata no final do vesting period. O valor a ser pago em caixa depende do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

a. Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente – ROC e Free Cash Flow – FCF);

b. Condição relacionada à valorização da ação (Total Shareholder Return – TSR); e

c. Item relacionado à responsabilidade social corporativa (Corporate Social Responsibility – CSR).

Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

Descrição	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24	Plano Regular 25
Data de aprovação do número de ações em RCA e atualização do regulamento dos planos em AGE de acionistas	5-mai-22	1º-jun-23	7-mai-24	19-fev-25
Número de ações autorizadas	130.240	328.825	277.498	27.450
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	10	16	16	10
Data do vesting ^(a)	5-mai-25	1º-jun-26	7-mai-27	19-fev-28
Valor justo de cada ação (em R\$)	8,50	11,58	11,93	13,28

^(a) As ações fantasmas (phantom shares) serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Planos alterados em 6 de maio de 2025, decorrentes de substituição das Ações Restritas (conforme definido no Plano) por ações fantasmas (phantom shares) do Carrefour S.A. (França), ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga.

As movimentações dos planos de remuneração em ações, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

Descrição	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24	Plano Regular 25
Ações pendentes em 1º de janeiro de 2025	78.032	289.825	267.498	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2025	-	-	-	27.450
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2025	(78.032)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2025	-	(19.050)	(23.481)	(2.700)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2025	-	270.775	244.017	24.750

Plano de Performance Shares Grupo 2022 a 2025 (“Plano Grupo 22” a “Plano Grupo 25”)

Baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O vesting period é de três anos da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

a. Duas condições relacionadas à performance financeira (ROC e FCF);

b. TSR; e

c. Item relacionado à CSR.

As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do vesting period e se a empresa atingir determinadas metas.

Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

Descrição	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24	Plano Grupo 25
Data da outorga ^(a)	16-fev-22	14-fev-23	14-fev-24	19-fev-25
Data da RCA	21-mai-21	21-mai-21	23-mai-23	06-mai-25
Data do vesting ^(b)	16-fev-25	14-fev-26	14-fev-27	19-fev-28
Total de ações outorgadas na data de outorga	18.675	9.500	20.220	22.200
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) ^(c)	14,21	12,92	15,80	13,28

^(a) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

^(b) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do vesting period e se as condições de performance forem atingidas.

^(c) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o vesting period.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupo)

As movimentações dos planos de ações, no exercício findo em 31 dezembro de 2025, foram as seguintes:

Descrição	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24	Plano Grupo 25
Ações pendentes em 1º de janeiro de 2025	9.625	9.500	20.220	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2025	-	-	-	22.200
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2025	(9.625)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2025	-	(3.000)	(3.110)	(2.700)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2025	-	6.500	17.110	19.500

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.148.

32. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Descrição	2º semestre de 2025	Exercício 31/12/2025
Lucro líquido contábil	193.209	431.399
Eventos não recorrentes - Líquidos de IRPJ e CSLL	(3)	(32)
Prejuízo por baixa e/ou venda de ativos ^(a)	(3)	(32)
Lucro líquido recorrente	193.206	431.367

^(a) O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio.

(Continua)



Banco

CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar

Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

33. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS

33.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2025		
	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao VJORA	930.311	930.311	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	930.311	930.311	-
Ativos financeiros ao VJR	6.055	-	6.055
Aplicações em fundos de investimento	6.055	-	6.055

Nível 1: para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes e informações obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

Nível 2: para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurado a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

33.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa ^(a)	449.418	449.418	449.418
Ativos financeiros	19.060.195	19.060.195	19.060.195
Ao custo amortizado ^(b)	18.123.829	16.894.458	-
Passivos financeiros	15.602.247	15.179.741	15.179.741
Ao custo amortizado	15.602.246	15.179.741	15.179.741
Captações no mercado aberto ^(a)	269.943	269.943	269.943
Depósitos ^(b)	2.528.938	2.106.842	2.106.842
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(c)	1.438.972	1.438.563	1.438.563
Relações interfinanceiras ^(a)	11.364.393	11.364.393	11.364.393
Outros passivos ^(d)	3.416.874	3.416.874	3.416.874

Nível 2: o Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: a. preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; b. preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preços variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; c. informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); e d. informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: o Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

^(a) **Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras:** os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

^(b) **Operações de crédito:** a carteira em dia sem juros é levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap DI Pré*, trazida a valor presente pela taxa *DI Over*. Ambas com data de referência destas demonstrações financeiras.

A carteira em dia com juros é levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento, trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência destas demonstrações financeiras.

A carteira em atraso é levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap DI Pré*, trazida a valor presente pela taxa *DI Over*. Ambas com datas de referência destas demonstrações financeiras.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS - IFRS 9 relativa à carteira local. No conceito IFRS 9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

^(c) **Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos:** o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

^(d) **Outros passivos:** o valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

34. GESTÃO DE CAPITAL E DE RISCOS

O Banco atua com uma estrutura de Gestão Integrada dos Riscos e Capital segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado atua para assegurar que os riscos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição e em atendimento, sobretudo, à Resolução CMN nº 4.557/17. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Crédito e Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado (carteira *banking e trading*), crédito, operacional, estratégico, social, ambiental e climático, contágio, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de gerenciamento ainda envolve o reporte dos riscos à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos, além de subsidiar os reguladores. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração que é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, se definir o nível de apetite a risco da Instituição.

34.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

a. A possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

b. A possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez. Esses modelos são baseados em metodologias que passam por validações periódicas através de testes de aderência. Compõem o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de testes de estresse, considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no *Assets Liabilities Committee* (ALCO).

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

	31/12/2025				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ativos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	930.311	-	543.672	386.639	-
Aplicação em fundos de investimento	6.055	-	6.055	-	-
Operações de crédito	25.679.263	19.085.620	5.118.033	1.475.610	-
(-) PECLD	(7.555.434)	(6.352.680)	(765.673)	(437.081)	-
Total	19.060.195	12.732.940	4.902.087	1.425.168	-
Passivos					
Depósitos	2.528.938	711.846	1.059.309	757.783	-
Captação no mercado aberto ^(a)	269.943	269.943	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(a)	1.438.972	374.942	614.629	449.401	-
Outros passivos financeiros	11.364.393	4.445.982	6.918.411	-	-
Total	15.602.246	5.802.713	8.592.349	1.207.184	-

^(a) Os vencimentos e as rentabilidades das captações e letras financeiras estão detalhados nas notas 15 e 16, respectivamente.

34.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

34.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club, além de empréstimos consignados e antecipação de recebíveis. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco, em 31 de dezembro de 2025, foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e valores mobiliários: instrumentos com baixo risco e constantemente negociados, sem variações relevantes dos valores justos. As taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de moeda estrangeira: a exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de câmbio.

Operações de crédito: o valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em depósitos e letras financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixadas. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual, praticado em cada um dos instrumentos, e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

34.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do *portfolio* é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência, são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente, são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito e ao Comitê Integrado de Riscos (CIR) indicadores como o custo de crédito, saldo de PECLD, indicadores de performance, performance de cobrança e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, ver nota 7.

34.4. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco, conforme estabelecido no artigo 32, §2º da Resolução CMN nº 4.557/17, monitora os eventos de riscos identificados nos processos da Instituição e são classificados nas seguintes categorias:

a. Fraude interna;

b. Fraude externa;

c. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;

d. Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;

e. Danos aos ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;

f. Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;

g. Falhas sistêmicas de Tecnologia da Informação (TI); e

h. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

O Banco possui estrutura que delimita claramente os papéis e responsabilidades das partes através de três linhas, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte, o que garante a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

A área de Risco Operacional e Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos, e é responsável por implementar as políticas, procedimentos, processos e controles relacionados ao gerenciamento de risco operacional, executar as avaliações do ambiente de controle interno do Banco e pela estruturação do plano de contingência, a fim de assegurar a continuidade das atividades. Também é responsável pela disseminação da política de gerenciamento de risco operacional e controles internos, bem como aculturação de riscos aos colaboradores do Banco. Essas ações possuem acompanhamento e reporte à alta Administração, mediante Comitê de *Compliance*, Risco Operacional e Controles Internos (CRC).

A política de gerenciamento de risco operacionais e controles internos do Banco tem como objetivo estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos com sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelo CMN e BACEN. Adicionalmente, é submetida à revisão e aprovação anual pelo diretor de riscos (CRO) e pelo Conselho de Administração da Instituição.

Os resultados dos trabalhos executados pela área risco operacional e controles internos ocorrem no Comitê de CRC, bem como apresentação de pautas para deliberação, revisão e tomada de decisões sobre os seguintes assuntos, não se restringindo exclusivamente a esses:

- a. Mapeamento de riscos e controles;
 - b. Base de perdas operacionais;
 - c. Execução de testes de controles;
 - d. Abertura de apontamentos de riscos para processos não aderentes;
 - e. Monitoramento dos planos de ação;
 - f. Mensuração da exposição final ao risco;
 - g. Gestão de Continuidade de Negócios (GCN); e
 - h. Outros temas que os membros do Comitê CRC julguem necessários ou passíveis de deliberação.
- Em atendimento ao disposto pela Resolução BCB nº 356/23, o Banco realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}).

34.5. Risco estratégico

Segundo as definições do *Commitee of Sponsoring Organizations* (COSO) 2017 - Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o risco estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

a. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;

b. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e

c. Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das diretrizes estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

34.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

RSAC define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco, deve-se considerar:

a. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;

b. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;

c. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e

d. Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

O Banco conta com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

a. Aprovação de novos produtos e serviços: avalia-se e gerencia-se os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos produtos do Banco, incluindo os riscos de reputação, e possui normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;

b. Relação com partes interessadas: é promovido o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;

c. Fornecedores e prestadores de serviços: o Banco busca sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas às ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para se assegurar destes riscos, o Banco incluiu em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;

d. Orientação financeira: é reconhecida a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promove-se a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e

e. Governança: o Banco mantém uma estrutura de governança compatível com o seu porte e a natureza de negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possui o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

34.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco, a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

a. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;

b. Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e

c. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, CIR e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressalta-se:

a. Base de reclamações por jornada de cliente;

b. Acompanhamento das citações em mídias sociais e tradicionais;

c. Modelagem das informações para PECLD; e

d. Monitoramento do apetite aos riscos de reclamações *versus* contas ativas.

34.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que considera os seguintes pontos, de acordo com a exigência regulatória:

a. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;

b. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e

c. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar

Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

a. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;

b. Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas), realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;

c. ALCO e CIR como órgãos decisórios; e

d. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referentes à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado, operacional e o capital da Instituição. O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, uma vez que a Instituição ainda não possui Instrumentos de dívida para compor capital, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

35. ÍNDICE DE BASILEIA

O Índice de Basileia é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o Índice mínimo requerido para 31 de dezembro de 2025, é de 10,5%. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções CMN e as normas do BACEN.

Índice de Basileia	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR) - Nível I	
Capital principal	3.140.286
Ajuste da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 com o efeito do <i>phase-in</i> da Resolução CMN nº 5.199/24	658.616
Ajuste prudencial	(811.388)
Total	2.987.514
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA	
RWA _{CPAD} - Risco de crédito	16.275.670
RWA _{MPAD} - Risco de mercado	3.451
RWA _{MSP} - Riscos associados a serviços de pagamento	476
RWA _{OPAD} - Risco operacional	2.187.669
Total	18.467.266
PR mínimo requerido	1.939.063
Folga em relação ao PR mínimo requerido	1.048.451

Índice de Basileia **16,2%**

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu o patamar de 16,2%, dentro do apetite de risco do Banco e superior ao mínimo requerido pelo regulador local, considerando os *buffers* ativos (10,5%). O principal motivo deve-se ao crescimento da carteira, que amplia o RWA de crédito, aos impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 e ao novo modelo de alocação de capital para o risco operacional, mesmo que ambos efeitos tenham sido suavizados pelo regulador com *phase-ins*.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

O aumento do capital social foi aprovado pelo BACEN em 4 de fevereiro de 2026.

A DIRETORIA

Diretor-Presidente
Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro e Jurídico
Rafael Bandeira de Almeida

Diretor de Gerenciamento de Riscos
Carlos Alberto Auricchio Junior

Diretora de Clientes
Renata Fargetti Rizzo

Diretora de Tecnologia da Informação e Operações
Vanessa Paulino de Souza

Diretora de Planejamento Estratégico
Talita Franco Feliciano

CONTABILIDADE

Valéria Dias Prates
Contadora - CRC nº 1SP239180/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Introdução

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão: a. dos processos de controles internos e de administração de riscos; b. das atividades da Auditoria Interna; e c. das atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

O regimento interno do COAUD do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro.

O COAUD teve seu nível de governança elevado, quando em 2023, incorporou mais dois membros independentes, além do membro já nomeado como Especialista Financeiro desde março de 2019 (conforme artigo 5º do Regimento do COAUD do Banco). Em agosto de 2025, foi aprovada pelo Banco Central a atual composição do COAUD com a nomeação de um membro independente como Presidente do Comitê. As reuniões do COAUD do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú-Unibanco S.A. e do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, além do Superintendente de Auditoria Interna do Banco como Secretário do Comitê.

As atividades do COAUD do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

João Antônio Dantas Bezerra Leite	Presidente do COAUD / Membro Independente
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente
Ana Karina Bortoni Dias	Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu calendário anual de trabalho, o COAUD reuniu-se 9 (nove) vezes no exercício de 2025. As demonstrações financeiras relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025, bem como os trabalhos e relatórios da Auditoria Independente, foram analisados em reunião de 12 de fevereiro de 2026, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, compliance e regulatório, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de auditoria interna e independente, gestão e evolução da carga de risco.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no exercício, em linha com as suas atribuições, o COAUD concluiu que: a. o sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou, no período, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; b. a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; c. a Auditoria Independente - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e d. as demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e, estão em condições de serem aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 (b) às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas em conformidade com as normas regulamentares do Banco Central do Brasil – BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN, e têm como base a análise da carteira de empréstimos e dos valores a receber relacionados a transações de pagamento em aberto, tanto vencidas quanto vincendas.

Essa análise segue as políticas internas do Banco e envolve o julgamento da Administração na mensuração do risco de crédito, considerando a aplicação de metodologias específicas e a definição de premissas relevantes. Entre essas premissas, incluem-se informações prospectivas e critérios para identificar aumentos ou reduções significativas no risco de crédito.

Dada a relevância da carteira de empréstimos e dos valores a receber relacionados a transações de pagamento, bem como o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da Administração no cálculo dessas provisões, consideramos esse tema uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Por essa razão, envolvemos membros seniores de nossa equipe no processo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Administração do Banco para a carteira de empréstimos e de valores a receber relacionados às transações de pagamento; (ii) leitura e análise da política de provisionamento do Banco; (iii) entendimento do processo e dos controles internos relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iv) envolvimento de especialistas na avaliação da metodologia do modelo utilizado, assim como das premissas adotadas; (v) revisão da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações; e (vi) avaliação das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.